

DA (IN)VISIBILIDADE AO EMPODERAMENTO: MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS E AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS NA UNEB- CAMPUS XII

Taís Gabriela de Souza Fogaça¹

Domingues Rodrigues da Trindade²

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação científica vinculada ao projeto de pesquisa “Retratos da juventude camponesa do Território de Identidade Sertão Produtivo: análise de uma pesquisa territorial”. O estudo analisou como as questões étnico-raciais vem sendo discutidas no *Campus XII* da UNEB. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e trilhou um caminho metodológico com a utilização dos seguintes instrumentos de coletas de dados: levantamento bibliográfico em *sites* acadêmicos, livros, revistas, artigos, dissertações e teses; e, entrevista semiestruturada com 08 alunas, negras quilombolas do *Campus XII* da UNEB. Os dados apontam que por mais que existam discussões das questões étnico-raciais no *Campus XII*, essas se limitam ao curso de Pedagogia e Educação Física, não havendo discussões envolvendo essas temáticas nos demais cursos do *Campus*, principalmente em sala de aula. Dessa forma, se faz necessário intensificar os debates e pesquisas sobre a temática, principalmente nos cursos da área de saúde, para que as jovens mulheres negras quilombolas sejam visibilizadas, sendo de fato incluídas e inseridas no mundo acadêmico, na perspectiva de romper com os estereótipos construídos na sociedade e criando um ambiente mais plural e verdadeiramente representativo, que contribua para a formação de seres humanos mais reflexivos e autocríticos.

Palavras-chave: Mulheres negras. Cotas. Ensino superior. Quilombolas.

Introdução

O presente artigo intitulado “Da (in) visibilidade ao empoderamento: mulheres negras quilombolas e as questões étnico- raciais na UNEB- *Campus XII*” é resultado de uma pesquisa de Iniciação científica vinculada ao projeto de pesquisa “Retratos da juventude camponesa do Território de Identidade Sertão Produtivo: análise de uma pesquisa territorial”.

¹ Graduanda de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia. E-mail: tais.gabrielacba36@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Professor Titular do Departamento de Educação, Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB). E-mail: dtrindade@uneb.br



A partir das políticas de cotas para acesso ao ensino superior tem-se percebido um quantitativo maior de negros e negras quilombolas adentrando o contexto das universidades públicas brasileiras. Desse modo, sentiu-se a necessidade de analisar como as questões étnico-raciais vem sendo discutidas no *Campus XII* da UNEB. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma das universidades brasileiras pioneiras em adotar as políticas de cotas. E, por ser uma universidade multicampi, presente em quase todos os territórios baianos, os jovens veem os diversos campi da UNEB como oportunidade de acessar o ensino superior, a exemplo do *Campus XII* situado no município de Guanambi que recebe estudantes de toda região e até de outros estados.

A escolha da temática se deu por se tratar de um tema muito pertinente e ser necessário mais pesquisas que discutam as relações étnico-raciais, visibilizando assim as mulheres negras quilombolas que chegam nesse espaço universitário e precisam ser assistidas, ouvidas e compreendidas em seus diversos aspectos e pluralidades.

O estudo foi de abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada com 8 estudantes negras quilombolas dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Enfermagem do Departamento de Educação *Campus XII* da UNEB.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: no primeiro tópico discute-se sobre as mulheres negras e políticas de cotas, enfatizando a exclusão e a invisibilidade, na sequência, traz-se uma reflexão a partir das narrativas das jovens negras demarcando que o quilombo chegou à universidade e, portanto, a necessidade de repensar o espaço universitário. Nesse contexto, de acesso ao ensino superior as mulheres negras quilombola nos ajudam a pensar processos de (des)construções e (re)construções do ambiente acadêmico. Além disso, aborda sobre as questões étnico-raciais na sala de aula dos cursos de graduação do *Campus XII/UNEB*. Por fim, as considerações finais.

Mulheres negras e políticas de cotas: da exclusão a invisibilidade

É somente com o surgimento do Movimento Feminista Negro que as relações de raça, classe e gênero foram discutidas, ressaltando as reais necessidades das mulheres negras que se viam em situação de desprestígio em relação ao homem negro e a mulher branca, tendo os seus direitos negados por preconceitos estigmatizados por uma sociedade racista e sexista. Carneiro

(2011) afirma que “esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra.” Acerca disso Ribeiro (2018, p.36) aponta que “o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma”. Carneiro (2002) salienta que a ação política das mulheres negras se traduz na dupla militância nestes dois movimentos, por serem mulheres e negras. Santos (2009) ressalta que quando se refere a situação da mulher negra a relação deve ser ampliada para raça, classe e gênero, pois o machismo, racismo e pobreza são formas específicas de opressão da mulher negra.

De acordo com Guimarães (2012), o racismo estrutura e determina um conjunto considerável das relações sociais brasileiras, pois historicamente a juventude negra tem sido exposta a todo tipo de violações de direitos decorrentes do racismo estrutural que define as condições de vida e as oportunidades a que esse segmento social terá direito. Para Santos (2009) é através de uma educação antirracista que se pode promover a igualdade das relações sociais, a consciência política e o respeito às diferenças. Contudo, é necessário acrescentar que para promover a igualdade racial é preciso de um conjunto de políticas públicas que garantam educação, saúde, trabalho, renda e igualdade de gêneros em uma esfera ampliada da sociedade, pois, quando se refere à mulher negra, inúmeros direitos não são garantidos.

Em relação ao ensino superior Silva e Rodrigues (2012) salientam que o ensino superior no Brasil surgiu de forma pouca expressiva e por muitos anos foi destinado apenas à elite, que possuía melhores condições econômicas. Mesmos com o surgimento das primeiras universidades públicas o acesso ao ensino superior permaneceu por muitos anos sendo privilégio da elite. Nesse sentido, são necessárias políticas públicas (medidas estatais temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado) para prevenir e reduzir o aumento das desigualdades sociais, econômicas e educacionais. (ROCHA, 1996).

Em 2012 foi sancionada a Lei Federal 12.711/2012, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Lei 180/2008, o qual cria uma política de Ação Afirmativa nas Instituições Federais de Ensino Superior (FERREIRA, 2013). A Lei 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas para curso e turno em todas as universidades Federais e Institutos Federais de Ensino Superior, destinados aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). Para Dourado



(2013) a Lei de Cotas traz um impacto inclusivo nas instituições de ensino superior, dando um passo importante para a democratização das políticas públicas de acesso a educação superior. Tendo um avanço significativo no campo das políticas de ação afirmativa, sendo uma medida correlativa e provisória de inclusão social. Vale destacar que algumas instituições de ensino superior se anteciparam aos poderes públicos, implementando o sistema de cotas nos anos 2000, as universidades públicas saíram na frente, exercendo seu papel social de pensar na classe menos favorecida.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma das pioneiras que aderiu o sistema de cotas em seus vestibulares, aderindo às cotas de acordo com as resoluções de seus conselhos superiores. A primeira resolução foi publicada em 2002 e, em 2003 a UNEB já adotou as cotas em seu vestibular, estabelecendo cota mínima de 40% para afrodescendentes, oriundos de escola pública, nos cursos de graduação e pós-graduação. Em 2007, com a resolução 468/2007, foi ampliado o sistema de cotas, destinando 40% para negros, e 5% para indígenas. Posteriormente, nos anos de 2009 e 2011, foram realizadas algumas alterações. Vale destacar que em 2018 o Conselho Universitário (CONSU/UNEB) aprova a resolução 1.139/2018 sobre o sistema de reserva de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, marcando um avanço significativo para o sistema de cotas da UNEB, outros sujeitos de direitos são reconhecidos pela universidade.

Com a democratização do acesso ao ensino superior e com as medidas adotadas a partir dos anos 2000, muitas universidades aderiram ao sistema de cotas em seus vestibulares no decorrer dos anos, ampliando o acesso da população negra no ensino superior. Os dados divulgados pelo IBGE em 2018 da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil apontam que estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública, sendo 50,3% em 2018. Entretanto, estão subrepresentados, visto que constituem 55,8% da população. Os indicadores educacionais da população negra apresentam melhora entre 2016 e 2018, porém, ainda é evidente a desvantagem da população negra em relação à branca, sendo que a taxa de ingresso da população preta ou parda em 2018 no ensino superior foi de 35,4% enquanto que a branca 53,2%.

Não podemos perder de vista que com as conquistas das políticas afirmativas que têm possibilitado indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero acessar o ensino superior, que



estes sujeitos de direitos vão apresentando à universidade, novas demandas e desafios, sobretudo, porque, esta não está preparada para receber esses sujeitos invisibilizados na sociedade brasileira pela hegemonia da classe dominante. Dessa forma, a própria universidade necessita rever seus conceitos, princípios e práticas educativas, pois não basta a aprovação de uma lei ou política pública se elas não forem operacionalizadas no cotidiano dos sujeitos de direitos. Entretanto, não se pode negar a importância e significado da implementação desse tipo de políticas afirmativas no contexto da sociedade brasileira, tão marcada no seu processo histórico pela desigualdade social.

Na sequência apresentaremos algumas reflexões a partir das falas das jovens negras quilombolas do *Campus XII* da UNEB sobre as questões étnico-raciais tratadas na universidade.

O quilombo chegou à universidade: (re) pensando o espaço universitário

Quando as jovens foram questionadas sobre o que a universidade precisa melhorar para que jovens negras quilombolas possam ser efetivamente incluídas na universidade, elas deram ênfase ao quesito representatividade, destacaram a importância de palestras dentro e fora da universidade, principalmente dentro dos quilombos, pois é nesses momentos que muitos (as) jovens quilombolas têm a oportunidade de conhecer, saber da existência da universidade, e, ao mesmo tempo, serem estimulados a buscarem seus sonhos, muitas vezes vistos como impossíveis.

No aspecto da representatividade a Jmnq2 (2020) destaca: “não tem professores negros, pessoas que representam pessoas que dão o apoio, pessoas negras falando com outras pessoas negras”. Isso é confirmado por Borba, Silva e Rocha (2020), segundo essas autoras, apesar de algumas universidades utilizarem políticas de cotas a porcentagem de professoras negras nas universidades é muito pequena, pois falta políticas afirmativas na pós-graduação e na própria permanência dessas estudantes nos espaços acadêmicos. Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) apontam que apenas 16% dos professores universitários se autodeclararam pretos ou pardos em 2017. Em 2010 esse número era ainda menor, representando apenas 11,5% do corpo docente no ensino superior. Apesar de esse número ter crescido nos últimos anos, é nítida a desigualdade existente,



sendo visto que a maior parte da população brasileira é negra, mas quando se refere ao mercado de trabalho os mesmos estão em desvantagem, estando subrepresentados por uma parcela branca da população.

Ao consultar o Anuário/2019/UNEB, constata que em 2018 havia autodeclarados pardos 1.013 docentes e 418 negros na Universidade do Estado da Bahia. Do total de docentes da UNEB, 2.621 docentes, 54% são negros ou pardos. Apesar do número expressivo de docentes negros e pardos na UNEB, as falas das jovens negras quilombolas revelam que estas não se veem representadas por seus professores, principalmente no curso de enfermagem do *Campus XII*.

Sobre a questão do que a universidade pode fazer para melhorar a relação de inclusão das pessoas negras a Jmnq1 (2019) destaca: “as outras disciplinas podem abordar sobre, os professores, eles podem procurar participar mais também, junto com os alunos para evitar que ações racistas ocorram dentro da universidade”. A jovens Jmnq6 (2020) salientou a necessidade de:

Mais disciplinas, tipo em cada semestre ter uma que realce não só para quilombolas, mas negros, todas essas classes, e mais eventos, palestras, oficinas, mas não só no mês de novembro que é dia da Consciência Negra, mas durante todo o ano, que assim os preconceituosos da universidade iria quebrando um pouco do tabu.

Podemos notar que a Universidade do Estado da Bahia tem buscado formas de incluir todas as diversidades possíveis, mas sabemos que ainda não tem sido suficiente para que de fato jovens mulheres negras sejam incluídas. Borba, Silva e Rocha (2020) salientam que os alunos negros, não se veem representados no espaço acadêmico, nem pelos professores, nem pelos colegas, mas se enxergam a todo tempo em pares nos setores de serviços gerais na universidade. Daí a importância de políticas afirmativas em todo o âmbito universitário, pois as jovens negras precisam se enxergar e estar nos espaços de poder, rompendo com a situação estrutural e histórica de segregação.

Nas falas também é possível notar, que muitas vezes os eventos que discutem sobre as questões étnico-raciais ficam centrados no mês da Consciência Negra. É preciso desconstruir essa ideia, colocando a pauta do racismo, as questões-ético-raciais numa perspectiva ampliada no contexto dos eventos, como seminários, rodas de conversas no decorrer do ano letivo para romper com os preconceitos existentes na universidade, embora as jovens entrevistadas



afirmassem que nunca foram vítimas de preconceito dentro da universidade, sabem que existe, e, portanto, reconhecem que a universidade deve ser um espaço de desconstrução de preconceitos. Reforçaram a importância da representatividade, de mulheres negras em todos os espaços. Para a Jmnq1 (2019) “uma coisa é uma pessoa negra falar com uma pessoa negra e outra coisa é uma pessoa branca que chegou lá e vim falar com uma pessoa negra, com uma realidade totalmente diferente.” As jovens sublinham a necessidade de se ter no *Campus XII*:

- Mais professores (as) que discutam a questão do racismo;
- Mais professores (as) negros (as), pois, assim, seria o seu lugar de fala, traria representatividade para as jovens negras no contexto da universidade;
- Vínculos com outros espaços, pois, os projetos de extensão ficam muito centrados na sede do *Campus XII*, a universidade é formada em sua maioria por uma população que é de fora da sede.

Para a Jmnq5 (2020), o *Campus XII* deve

Levar projetos da universidade para desenvolver na educação básica das cidades que tem estudantes inseridos na universidade (...) e no próprio quilombo, pois são estigmatizados, nem sabem o que é a universidade (...) precisa dessa articulação, pra ela não ficar tão estanque, tão distante da realidade.

Nesse sentido, expressa a Jmnq4 (2020):

Na minha comunidade mesmo, eu lembro que foi uma docente daqui do *Campus* um dia fazer uma palestra. Eu não tinha tanto conhecimento disso, eu não tinha conhecimento de cotas, essas coisas e foi com ela que eu aprendi. A palestra dela foi de extrema importância, porque ela deu uma pincelada, assim, em todos os direitos que a gente tinha em questão da universidade, porque lá, eles vão sim em busca de direitos, mas na questão de coisas pra associação mesmo, coisas pra comunidade e pros jovens, os jovens não tinham muito conhecimento de entrar na universidade e tudo mais e aí com essa pincelada que ela deu e tudo mais eu aprendi muito com ela, depois eu sentei com ela pra perguntar algumas coisas. Então foi daí que eu tive mais aquele estímulo, e falei: Nossa! Eu vou entrar, eu quero entrar, eu tenho direito, eu vou entrar.

As falas das jovens sinalizam vários desafios e demandas para a universidade. Por outro lado, reafirmam a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais do *Campus XII* da

UNEB. Às vezes uma palestra tem um significado enorme para a juventude que é tão desassistida em suas comunidades, principalmente, no meio rural, em que as políticas públicas para esse segmento da sociedade são mais escassas.

Mulheres negras no ensino superior: (des)construções e (re)construções do ambiente acadêmico

Na concepção das jovens entrevistadas o *Campus XII* da UNEB tem tido uma postura crítica para pensar as questões raciais, quilombolas e cotas, mas não de forma assídua e ampla como deveria ser. A Jmnq2 (2020) ressalta: “vejo o empenho de vários outros cursos, inclusive o curso de Pedagogia, que sempre está fazendo reuniões, Educação Física, também. Eu gosto muito”. Na fala da Jmnq5(2020) se complementa, “Eu penso que sim, as discussões inclusive são discussões que permeia o curso de Pedagogia e o curso de Educação Física, que a gente sente que são bem presentes”.

Já a participante Jmnq3 (2020) ela diz o seguinte:

Acho que mais ou menos, sabe, assim, aqui na UNEB eu percebo muita participação dos alunos, em relação a estar levando sempre assuntos direcionados a negros, é sempre partido dos discentes (...) da Universidade mesmo, assim, dos chefes, dos cargos mais altos dentro da faculdade mesmo, eu não percebo, só vejo por parte dos discentes.

Eu vejo a universidade assim, me fez enxergar o meu lugar de onde eu vim, (...). Na universidade eu comecei a participar de grupo de estudos, das disciplinas, dos eventos e eu entendi a importância do quilombo, a importância da comunidade quilombola, a importância de trazer de relembrar de falar da minha história, do meu lugar de fala, das minhas vivências. Então a universidade é um lugar que faz despertar muitas experiências, muitos aprendizados. (JMNQ8, 2020).

Nota-se que alguns eventos realizados pelo *Campus XII* têm pautado a temática racial, com centralidade no mês da Consciência Negra como já referido anteriormente. Além disso, percebe-se que as discussões étnico-raciais são demandadas em sua maioria pelos discentes no decorrer dos semestres, pois, há alguns estudantes negros/as bem engajados/as na luta racial e

buscam sempre trazer informações para os demais jovens, com discussões e reflexões pertinentes. A Jmnq8 também salienta suas experiências e aprendizagens construídas no âmbito universitário, destacando contribuição da universidade para a ampliação da sua visão de mundo e de conhecimento, se tornando uma mulher mais crítica e reflexiva dos seus atos e das imposições que a sociedade constrói.

Ainda, sobre, como as questões étnico-raciais são tratadas e quais os mecanismos utilizados pela universidade no enfrentamento do racismo, a Jmnq4 (2020) aponta: “(...) têm pessoas aqui dentro da Universidade que se preocupa muito com isso, se preocupa muito com essa questão do preconceito”. A Jmnq1 (2019) diz, “a gente estuda algumas vezes, a gente discute sobre, só que o próprio sistema da universidade faz com que ela segregue e esteriotipise, muitas vezes acaba excluindo o aluno que é cotista, mesmo que tenha algumas discussões sobre”. Na opinião da Jmnq2 (2020) os únicos instrumentos que ela já viu tratando da temática étnico-racial foram as reuniões e as palestras.

A universidade de certa forma nos torna seres mais críticos, reflexivos, que nos prepara para enfrentar diversas discriminações, preconceitos, machismo, racismo e nos faz enfrentar, ter coragem e ir a frente. Eu acredito que todas as vivências, todos os momentos de eventos, de grupo de estudos, isso é de grande valia para a formação pessoal e acadêmica ne. Então, eu acredito que sim, que a universidade nos torna diferente, no sentido de ser mais pensante, ser mais empoderada, e querer mudança, entender o nosso lugar, entender que a gente pode sair das margens né, enquanto mulher negra e tomar o espaço do centro também. Importante frisar que a universidade e muitos outros espaços não foi pensado para a mulher, ainda mais a mulher negra, pobre, quilombola, então, tomar esse espaço, entrar nesse espaço é um desafio muito grande, ocupar um espaço que não foi pensando para nós, é muito grande. (Jmnq8, 2020).

As jovens mulheres negras quilombolas estudantes do curso de Pedagogia têm uma visão um pouco diferente das jovens dos demais cursos, talvez seja devido o trabalho realizado neste curso no componente curricular “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, o que por sua vez acaba promovendo alguns eventos sobre essa temática complementando o debate acerca das questões étnico-raciais. Além disso, vale frisar, que há um grupo de estudos sobre a temática no curso de pedagogia o “Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-raciais e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade Sertão Produtivo”. Também é importante salientar que para algumas estudantes que trabalham e estudam ou moram em

outras cidades é inviabilizado a participação em alguns eventos, grupos de estudos, dentre outras atividades que acontecem fora da programação do horário das aulas.

Sobre a questão enfrentamento do racismo em relação à universidade, a Jmnq5(2020) diz:

Eu acho que de enfrentamento sim, de combate já é uma coisa muito particular, porque enfrentar seria no sentido de você saber que existe e você desenvolver mecanismos para que isso de certa forma atenuie, a gente sabe que não vai acabar, né, porque como diz uma professora aqui do *Campus*, o racismo e o machismo ele é estrutural, ele nasce junto com a sociedade, então a gente sabe que combater eu fico na dúvida, mas de enfrentamento sim.

Através das falas das participantes podemos perceber que algumas discussões que são realizadas no âmbito universitário são de extrema importância para que seja feita uma reflexão crítica acerca das relações de poder existentes na sociedade, questões como o machismo, racismo e sexismo devem ser debatidas e compreendidas em sua complexidade para que se busquem formas de combatê-las, enfrenta-las e supera-las. É através de debates, discussões e reflexões críticas sobre essas questões que se pode possibilitar uma sociedade mais justa, igualitária e humana em que todos possam usufruir dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades. Acrescenta-se aqui a importância das políticas públicas de combate e enfrentamento às questões como o machismo, racismo e sexismo e de negação de direitos.

Nas conversas com as jovens pautamos se e como a universidade contribui para a construção da identidade negra. A fala da Jmnq3 é bastante expressiva, demonstrando a ressonância do trabalho formativo da universidade, como podemos constatar nas falas a seguir.

Eu posso falar que a universidade sim, porque a gente tem alunos aqui, principalmente a Barbara que é de Educação Física, que ela é um membro assim muito importante, eu fico, têm vários, tem ela e têm vários outros discentes que falam muito bem em relação a isso, em relação a cotas, em relação a racismo, então, é tipo assim, eu não posso dizer que foi a universidade, mas eu acredito que esse conhecimento que elas têm, que elas passam pra gente foi diante de estudos, foi diante dos professores, foi diante de sala de aula, então, eu acho que dessa forma, né, a nossa universidade forma bem os nossos discentes, que conseguem passar essas informações pra nós, pra nós novos aqui.(Jmnq3, 2020).

A universidade abre um leque de conhecimento, então, até o fato de reconhecer a nossa identidade, eu acredito que para mim foi a universidade que me fez entender muitas questões, até as questões de reconhecer como quilombola, entender a minha identidade de negra ne, a minha forma de ser, de agir, de pensar (...). É muito importante trazer esse tema, falar e fazer com



que nos quilombolas, nos negros sejam reconhecidos e não invisibilizados, como foi todos esses tempos, todos esses tempos fomos vistos como escravos, como menos favorecidos, então é tentar mostrar, tentar entender que a nossa identidade, nosso pertencimento é muito grande. Então a gente não pode ter vergonha, não pode esquecer um só minuto o quanto nossa história é importante e não pode ser apagada. Jmnq8 (2020).

Ao consultarmos³ o Sistema Integrado de Planejamento (SIP) do *Campus XII*, onde são cadastrados os projetos de extensão, pesquisa e outras ações/atividades desenvolvidas e coordenadas pelos docentes do departamento encontramos os seguintes projetos e/ou ações cadastradas nos anos de 2019 e 2020.

Quadro 1 – Projetos cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento do *Campus XII*/2019

Projetos/ações	Natureza	Curso	Coordenador
Gênero, educação e diversidade: articulando as relações étnico-raciais, culturais e de gênero como instrumento no combate às opressões	Extensão	Pedagogia	Edilma Cotrim da Silva
Questões raciais como objeto de pesquisa nas Licenciaturas da Uneb: um levantamento nos campi situados nos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Velho Chico	Pesquisa	Pedagogia	Aline Oliveira Ramos
O curso de Pedagogia do <i>campus XII</i> e a educação das relações étnico-raciais: indagações acerca do currículo e das práticas educativas	Pesquisa	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo
Grupo de estudos Educação e relações étnico-raciais e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade Sertão produtivo	Extensão	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo
Currículo e diversidade étnico-cultural nas escolas do município de Guanambi-Ba: o trato pedagógico com as questões raciais e quilombolas na Universidade	Pesquisa	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo
Vamos vadiar: a capoeira na Universidade	Extensão	Educação Física	Marlon Messias Santana Cruz
Jogos dos Saberes ancestrais: capoeira e	Evento	Educação	Ana Paula

³ A consulta foi realizada no início do ano 2020, assim, possa ser que outros projetos tenham sido cadastrados no SIP ao longo do ano.

samba de roda		Física	dos Santos Souza
Semana da Consciência Negra: comemorando o Centenário	Evento	Administração	Jose Brilhante de Sousa Neto
IV Seminário de educação e III Seminário da Consciência Negra – Educação e multiculturalidades: saberes e sentidos	Evento	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo

Fonte: SIP/2019

Quadro 2 – Projetos cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento do *Campus XII/2020*

Projetos/ações	Natureza	Curso	Coordenador
O curso de Pedagogia do <i>Campus XII</i> e a educação das relações étnico-raciais: indagações acerca do currículo e das práticas educativas	Pesquisa	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo
Grupo de estudos Educação e relações étnico-raciais e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade Sertão produtivo	Extensão	Pedagogia	Dinalva de Jesus Santana Macedo
Gênero, educação e diversidade: articulando as relações étnico-raciais, culturais e de gênero como instrumento no combate às opressões	Extensão	Pedagogia	Edilma Cotrim da Silva
Semana da Consciência Negra: comemorando o Centenário	Evento	Administração	Jose Brilhante de Sousa Neto
Circuitos formativos de educação e pesquisa em raça e classe: diálogos entre universidade, educação básica e comunidade	Extensão	Pedagogia	Aline Oliveira Ramos
“PRETO TAMBÉM QUER SER BOLSISTA”: Análise sobre os lugares e os não-lugares de estudantes negros/as na Universidade do Estado da Bahia	Pesquisa	Pedagogia	Tatyanne Gomes Marques

Fonte: SIP/2020

Observando as relações de projetos/ações cadastradas no SIP *Campus XII*, nos anos de 2019 e 2020, verificamos que a concentração dos projetos/ações está no curso de Pedagogia. Em sua maioria, a natureza das ações é extensão, seguido de pesquisa. No ano de 2019, nove projetos/ações foram cadastradas no SIP e seis em 2020, no entanto, não é possível afirmar se todas essas ações foram desenvolvidas, pois, alguns projetos estão sem a atualização dos dados no sistema. Todavia, é possível visualizar que o coletivo de docentes do *Campus XII*, tem em alguma medida, implementado ações no âmbito da extensão e da pesquisa, o que podemos visualizar como algo positivo na perspectiva do debate teórico-prático das questões étnico-raciais no contexto da universidade. Por outro lado, se confirma o fato, evidenciado pelas jovens, de que as questões ético-raciais são mais debatidas nos cursos de Pedagogia e Educação Física.

Questões étnico-raciais na sala de aula dos cursos de graduação do Campus XII/UNEB

No tocante à prática docente, ao trabalho pedagógico relacionado às questões raciais, se estas são trabalhadas em sala de aula, a Jmnq2 (2020), estudante do curso de Enfermagem, ressalta que não, “o nosso curso é muito mecânico, até sinto um pouco de falta de falar da sociedade, do convívio”. Corroborando com essa posição, a Jmnq3 (2020) enfatiza que: “em relação a professores mesmo essas questões raciais não são muito bem trabalhadas, talvez pelo fato da gente não ter professores negros, né, eu pelo menos no curso de Enfermagem até o momento não tive nenhum professor negro”.

Nesse mesmo sentido, a Jmnq4(2020) estudante do mesmo curso, também ressalta que “nenhum docente nunca trabalhou essa questão do racismo em sala de aula”. As narrativas das jovens reafirmam o fato da desigualdade e da falta de oportunidade existentes na sociedade desigual, demonstram que a universidade não é lugar para todos, seja na condição de professores ou de estudantes. Fica aqui evidente uma questão estrutural, o silêncio de sujeitos que foram subalternizados no processo colonizador em múltiplas dimensões da constituição humana, que precisa ser questionado os seus fundamentos, na perspectiva de construir novas epistemologias e práticas capazes de promover as transformações na forma do pensar e do fazer docente.

As jovens pesquisadas, estudantes do curso de Pedagogia, frisaram que na disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena são trabalhadas as questões raciais e sobre quilombos. As jovens ressaltaram:

No meu curso de Pedagogia, a gente percebe nas discussões dentro da sala de aula são levantadas essas questões (...) dentro do curso de pedagogia ela permeia as discussões, dentro dos eventos que a universidade se envolve, tem grupos de estudo, então eu acredito que dá uma pincelada, mas discute.

Na universidade em si na disciplina específica de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ela discute todas as especificidades que é o quilombo, desde a formação, de reconhecimento, de titulação, das práticas sociais que acontecem dentro dos quilombos e tal (Jmnq5, 2020).

Os docentes tratam muito bem essas questões raciais, tanto que na universidade tem grupo de estudos que discutem sobre as questões afro-brasileira, indígena e quilombola, esse grupo de estudo é da professora Dinalva Macedo, ele traz questões muito importante né, questões referente ao pertencimento, a identidade, né, então faz muitas pesquisas, as orientandas de ic dela traz muitos questionamentos, muitas pesquisas. Além disso tem eventos da consciência negra, que esses eventos eles expandem para além da universidade, tanto que quando eu estava no residência pedagógica eu e minhas colegas da residência fizemos oficina nas escolas, voltados para a consciência negra, para questões de identidade, de preconceito, questões bem importantes para ser tratado dentro da universidade e para além da universidade, como foi o caso, dessas oficinas serem em outras escolas do município. (Jmnq8, 2020).

Somente na disciplina, eu só ouvir falar desse termo na disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena que cursei, a primeira vez que eu ouvir falar dentro da universidade (...). Ainda a muito a ser construído, muitas coisas podem ser melhoradas, serem incluídas para isso, primeiro que só tem uma professora que discute isso, agora tem mais uma que chegou, também, são discutidos só nas aulas, mesmo que fale de democracia, essas coisas assim, da inclusão, mas acaba discutindo de forma rotineira na disciplina História e Cultura Afro brasileira e Indígena (Jmnq1, 2019).

Jmnq6 (2020) estudante do curso de Educação Física destaca que

Por enquanto inda não tive nenhuma disciplina que estuda sobre as questões sociais, mas já teve oficinas lá de quando eu estou estudando, e agora no momento dessa pandemia está havendo muitas lives de debates também, de alguns dos meus professores e outros que não são meus professores.

Percebe-se, que no curso de Pedagogia, talvez, por ter a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e grupo de estudos sobre a temática Cultura Afro-brasileira e Indígena a discussão é mais presente. Nota-se uma leve presença dessas discussões no curso de Educação Física, porém no curso de Enfermagem essa prática é inexistente. As indagações que ficam são: será que as relações étnico-raciais não devem ser estudadas em todos os cursos? Será que a saúde dos povos negros de quilombos não precisa ser estudada, discutida em sala de aula?

Considerações finais

Dentre os apontamentos destacados neste texto, podemos perceber que apesar da Universidade do Estado da Bahia ser uma das pioneiras a aderir ao sistema de cotas em seus vestibulares, fica evidente que ainda há muito que se construir para que jovens negras (os) quilombolas sejam de fato inseridas/os e incluídas/os no mundo acadêmico. São muitos os estigmas que a sociedade impõe e a universidade tem buscado cada vez mais quebrar esses paradigmas impostos por uma sociedade racista e excludente. É preciso reafirmar a necessidade do aprofundamento e ampliação debate e das experiências extensionistas envolvendo as questões étnico-raciais no âmbito universitário, possibilitando assim, que esse ambiente tão plural seja de fato inclusivo e viabilize a permanência dos/as jovens dando visibilidade e garantindo direitos.

Nota-se, também, a partir das falas das jovens entrevistadas que a identidade negra ainda é pouco abordada na universidade, embora algumas ações já tenham sido desenvolvidas e estão em desenvolvimento, articulando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, é extremamente necessário que mais pesquisas sobre essa temática sejam realizadas, principalmente no *Campus XII*, para que se tenha mais visibilidade e compreensão acerca das questões estruturais que provocam desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais. É preciso avançar na perspectiva do debate para além da semana da Consciência Negra, principalmente para os cursos da área de saúde em que tal temática é tão invisibilizada.

Referências

ANUÁRIO, Uneb. Salvador, 2019, Base 2018. Disponível em: https://portal.uneb.br/seavi/wp-content/uploads/sites/134/2019/12/ANUARIO_2019_BASE_2018.pdf. Acesso em: 10 de mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BORBA, Carolina dos Anjos, ROSA; Sanciaray Yarna Silva, SILVA, Fabiane Morreira. **Negra e acadêmica- a solidão no diálogo entre pares nos espaços de poder**. Eniedusul: Maringá-PR. 2020, p. 107 a 117. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/53010>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Cotas: desafios, acesso e permanência. **Revista Fórum**. Rio de Janeiro: vol. 115, p. 24-24, 2013. Disponível em:
<http://www.abdconstojs.com.br/index.php/revista/issue/view/13>. Acesso em 05 de jan. 2020.

FERREIRA, Renato. A polêmica das Cotas nas Instituições Federais de Ensino. **Revista Fórum**. Rio de Janeiro, Vol. 115, p. 23-24, 2013. Disponível em:
<http://www.abdconst.com.br/revista13/politicaTayson.pdf>. Acesso em 10 jan.2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modo, temas e tempos**. 2ºed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil 2018**. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em jan. de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**: Sinopse Estatística- 2017. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em 10 mai. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Schucarcz S.A, 2018.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Ação Afirmativa: o Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade. Brasília: **Revista de Informação**, n. 131, p. 283-295, jul./set., 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176462>. Acesso em fev.2020.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, L. C. da; RODRIGUES, M. de M. **Acesso ao ensino superior**: os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiência. _Disponível em:
<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC05.pdf> _ Acesso em 07. Set. 2018.